

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



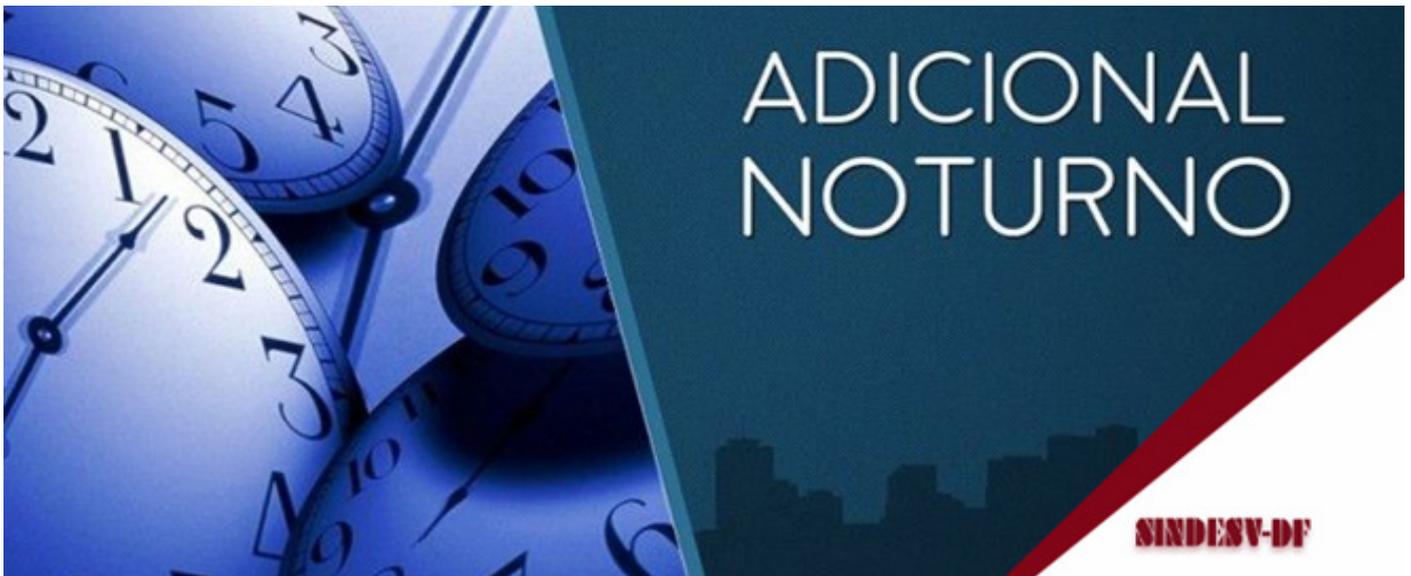
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Nov

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2877/2022



DISTRITO FEDERAL

Atenção vigilantes noturnos da Brasfort que trabalham ou trabalharam no período de 01/01/2018 a 30/09/2018



O Sindesv-DF, guardião dos seus direitos, tem ação judicial sobre diferença do adicional noturno

Os vigilantes noturnos da Brasfort que estavam ou estão trabalhando na Empresa, no período de 01.01.2018 a 30.09.2018 têm um importante compromisso no próximo sábado dia 12 de novembro. Estamos convocando uma Assembleia Geral desses vigilantes noturnos para tomar conhecimento e deliberar sobre mais esta ação impetrada pelo jurídico do Sindicato dos Vigilantes do DF.

Trata-se do processo 268-04-2020.5.10.0017 em ação do Adicional Noturno que foi pago nesse período em percentual inferior ao estipulado na sentença normativa do Trabalho, relativamente aos empregados da Brasfort que prestam serviço no Distrito Federal.

Assembleia Geral especialmente para tratar sobre a seguinte ordem do dia:

A) Apreciar e decidir sobre a proposta de acordo apresentada pela empresa;

B) Assuntos gerais pertinentes.

Dia: 12 de novembro de 2022 – sábado – às 08 horas da manhã

Local: Estacionamento em frente à Casa do Chocolate

Contamos com a sua presença!

FONTE: SINDESV DF

SINDICATO ADVERTE INTERSEPT CONTRA DEMISSÕES INJUSTIFICADAS NO INTERIOR E EXIGE REINTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES



Trabalhadores da Epavi nos postos do BB foram contratados pela Intersept e Security

Desde que as empresas Rudder e Epavi perderam a licitação das agências do Banco do Brasil no interior, assumiram no lugar delas a Intersept e a Security. Grande parte dos antigos funcionários da Epavi foram contratados pela Intersept e seguiram prestando serviço nos mesmos postos do banco.

Mas, nas últimas semanas, diversos vigilantes da Intersept foram demitidos, com uma estranha coincidência: todos os dispensados tinham ingressado com processo trabalhista contra a Epavi, cobrando diferenças das suas rescisões.

Além disso, a Intersept não está pagando o valor integral do vale-transporte aos trabalhadores, sendo pago apenas o valor de R\$ 10,00 no total, que não cobre o custo de ida e vinda ao trabalho dos vigilantes.

Diante disso, o sindicato enviou notificação à Intersept e Banco do Brasil, exigindo explicações e a reintegração imediata de todos os empregados demitidos que prestavam serviço nas agências do banco e que “discriminatoriamente foram desligados, devendo ser comprovado ao sindicato a reintegração de todos”.

O sindicato diz no documento que, após alguns trabalhadores ajuizarem a ação contra a Epavi e Banco do Brasil, “por pressão do presidente do sindicato patronal (Sindesp), que também é sócio diretor do grupo Epavi, a oficiada (Intersept) passou a demitir apenas os empregados que ajuizaram ação em face da antiga empregadora, sendo evidente se tratar de despedida em massa e discriminatória, de forma a penalizar aqueles trabalhadores que buscam na via judicial direitos garantidos por lei”.

Segundo o diretor José Airton de Souza Trindade, que representa o sindicato na região das Missões e arredores, foram dispensados inúmeros vigilantes em São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Entre-Ijuís, Guarani das Missões, Cerro Largo, Horizontina, Panambi e Catuípe.

Nenhum deles cometeu qualquer irregularidade ou falta que justificasse as demissões, garantiu o diretor.

O presidente do Sindicato, Loreni Dias, telefonou para a direção da Intersept, em Curitiba, para cobrar explicações, mas a resposta de uma gerente, Alda Kaminski, foi de que a empresa demite quem quiser:

“Ela nos respondeu com arrogância, mas se essa empresa está acostumada a agir dessa maneira no Paraná, aqui no Rio Grande do Sul é diferente, nossa assessoria jurídica já está tomando providências e isso vai ter consequências para a empresa”, disse Dias.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

ESPIRITO SANTO

Assembleia Convenção Coletiva de Trabalho 2023 Grande Vitória

A Atenção, Vigilantes da Grande Vitória. A hora é de participar! Agende-se e escolha um dia para participar da Assembleia e traga propostas para as negociações de 2023.

FONTE: SINDSSEG GV/ES

**ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA**
CONVENÇÃO COLETIVA 2023

PAUTA Apreciação, coleta de sugestões e aprovação da minuta de reivindicações da categoria

11 E 12/11/2022 - 9h30
Auditório do Sindseg/GV
(Rua Professor Baltazar, 70, Centro, Vitória)
Vigilantes da Grande Vitória

PARTICIPE!
SINDSEG

BAHIA

CAMPANHA SALARIAL 2023

ASSEMBLÉIA DOS VIGILANTES

ITABUNA

SEXTA - FEIRA DIA 11 DE NOVEMBRO ÀS 8H E ÀS 19H
LOCA: NO SINDICATO - RUA MONSENHOR MOISÉS, 161
PONTALZINHO

PARA VIRAR O JOGO:
NO LUGAR DA ESCRAVIDÃO, DIREITOS!
QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS, NÃO É DIGNO DELES.

PARA VIRAR O JOGO
NO LUGAR DA ESCRAVIDÃO
DIREITOS

Qual reforma tributária é preciso fazer no Brasil? Economista explica

Eduardo Fagnani (PUC-SP) critica a alta carga tributária que incide sobre o consumo, prejudicando os mais pobres. Ao mesmo tempo, ricos pagam pouco imposto de renda e têm lucros e dividendos isentos

Agência Brasil



Além de corrigir desigualdades, reforma tributária justa e solidária contribuiria para a criação de empregos formais

Um dos grandes desafios do futuro governo Lula será realizar uma reforma tributária justa, que alivie para os mais pobres e cobre mais dos mais ricos. Atualmente, cerca de metade dos impostos arrecadados no Brasil vem do consumo. Nesse modelo, a conta pesa mais no bolso dos trabalhadores. De acordo com o professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o atual sistema tributário no Brasil contribui para o aumento

das desigualdades e vai na contramão do que ocorre em países liberais mais avançados.

Na comparação com os Estados Unidos, por exemplo, o sistema tributário brasileiro funciona de maneira praticamente invertida. “Só para ter uma ideia, nos Estados Unidos, de tudo que é arrecadado, cerca de 50% vem da tributação sobre a renda e a riqueza (patrimônio) No Brasil é 20%. Lá, de tudo que é tributado, só 17% vem do consumo. Aqui é 50%.”

Fagnani explica o impacto da concentração dos impostos sobre o consumo no bolso do trabalhador mais pobre. “Vamos pensar uma geladeira que tenha R\$ 300 reais de imposto. Para uma pessoa que ganha R\$ 1 mil, esse valor representa 30% da renda. Por outro lado, para uma pessoa que ganha 10 mil reais, esses mesmos R\$ 300 vão representar 3% da renda dela”, explica Fagnani ao repórter Jô Miyagui, para o Seu Jornal, da TVT.

O economista também destaca o peso da carga tributária na folha de pagamento das empresas. Estas, por sua vez, acabam repassando aos consumidores os custos com os impostos. Mais uma vez, é o trabalhador que ganha menos o principal prejudicado, tendo que contribuir com uma fatia desproporcional na arrecadação. Uma melhor distribuição desses impostos deve, inclusive, estimular a criação de mais empregos formais no país, afirma o economista.

Ricos no Imposto de Renda

Outra grave distorção na estrutura tributária brasileira, segundo Fagnani, é que os super-ricos praticamente pagam muito pouco ou nenhum imposto. Ela destaca, por exemplo, a necessidade de ampliar as alíquotas do Imposto de Renda que incidem sobre quem ganha mais. “Hoje quem ganha R\$ 5 mil e quem ganha R\$ 5 milhões paga a mesma alíquota de 27,5%. Isso não tem justiça tributária”. Como comparação, ele cita que, entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as alíquotas que incidem sobre as rendas mais altas são, em média, de 42%. “Tem vários países que cobram entre 40% e 50%. E alguns, mais que 50%.”

Nesse sentido, o professor classifica como “justa” a promessa de Lula de ampliar a isenção do IR para todos aqueles que recebem até R\$

5 mil por mês. “Como os governos passados não corrigiram a tabela do IR de acordo com a inflação, cada vez mais foram sendo incluídas as pessoas com rendas mais baixas. É uma injustiça fiscal enorme.” Neste ano, foram obrigados a declarar aqueles que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, o equivalente a pouco mais de um salário mínimo e meio por mês.

Além disso, Fagnani denuncia que o Brasil é um dos poucos países que não cobram imposto sobre a distribuição de lucros e dividendos. Os super-ricos são os principais beneficiados. “Então, não faz sentido um médico ou uma enfermeira que ganham R\$ 5 mil terem que pagar 27,5% na fonte, enquanto um grande acionista da Petrobras que ganha R\$ 500 milhões em lucros e dividendos, por exemplo, não paga um tostão”.

Justa e solidária

Em função de todas essas distorções, Fagnani apoia a aprovação da proposta apresentada em 2019 por partidos como PT, PCdoB, PDT, Psol e Rede. Conhecida como reforma tributária “justa e solidária”, o projeto em tramitação no Congresso Nacional propõe a redução dos tributos sobre o consumo, e amplia a arrecadação sobre o “topo da pirâmide”. De acordo com o economista, seriam afetados com essa proposta cerca de 600 mil pessoas que ganham mais de R\$ 300 mil por mês, um percentual ínfimo da população.

“A última edição da revista Forbes mostra que o Brasil tem 290 bilionários que têm uma fortuna equivalente a uma parte considerável do PIB brasileiro. Qual o problema disso? É que esse pessoal não paga imposto”, afirmou Fagnani.

FONTE: RBA

Cesta básica volta a subir, e alta é generalizada em 2022. Salário mínimo vale menos

Trabalhador precisa aumentar jornada e compromete maior parte da renda para comprar os alimentos básicos

Reprodução/Montagem RBA



O preço médio da cesta básica aumentou, em outubro, em 12 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese. No ano e em 12 meses, a alta é generalizada. No mês passado, segundo os dados divulgados nesta segunda-feira (7), as principais elevações estão registradas em Porto Alegre (3,34%), Campo Grande (3,17%), Vitória (3,14%), Rio de Janeiro (3,10%) e Curitiba e Goiânia (ambas com 2,59%).

Já as reduções ocorreram em cidades do Norte e Nordeste: Recife (-3,73%), Natal (-1,40%), Belém (-1,16%), Aracaju (-0,61%) e João Pessoa (-0,49%).

De janeiro a outubro, o aumento varia de 4,89% (Recife) a 14,39% (Campo Grande). No acumulado em 12 meses, de 5,48% (Vitória) a 15,38% (Salvador).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Salário mínimo

Segundo o Dieese, o menor valor apurado em outubro foi em Aracaju (R\$ 515,51) e o maior, em Porto Alegre (R\$ 768,82). Com base nessa última, o instituto calculou em R\$ 6.458,86 o salário mínimo para as despesas básicas de uma família com quatro integrantes. O valor corresponde a 5,33 vezes o piso nacional (R\$ 1.212). Essa proporção era de 5,20 vezes em setembro e 5,35 há um ano.

Assim, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica subiu para 119 horas e 37 minutos, segundo o Dieese. Com isso, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo comprometeu 58,78% da renda líquida para comprar os alimentos básicos – o percentual cresceu tanto na comparação mensal (58,18%) como na anual (58,35%).

Entre os produtos, o preço da batata subiu em todas as cidades da região Centro-Sul, onde é pesquisada. Já o do tomate aumentou em 13 das 17 capitais. O pão francês teve alta em 12, enquanto o leite integral caiu em todas.

FONTE: Redação RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF